



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 109.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Anibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Mário Pereira, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli e Sabino Campos (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 216/90

Curitiba, 28 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao município de Bocaiúva do Sul, uma área de 1.133,80 m², com as benfeitorias nela existentes, constituída pelo lote A-1, situado à rua Marechal Deodoro da Fonseca, na sede daquela Municipalidade e havido pelo Estado conforme consta da transcrição nº 2.531, às fls. 236, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul.

O plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, tendo em vista que o imóvel cuja autorização para cessão de uso é proposta, continuará sendo utilizada pelo Município de Bocaiúva do Sul, nas instalações do Hospital Municipal de Bocaiúva do Sul - Clínica Santa Júlia, prestando assim importantes serviços à população daquela região.

O anteprojeto de lei em questão contém dispositivos expressos segundo os quais a cessão terá validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, desde que haja consenso entre as partes e, ainda, de que tal imóvel não poderá ser utilizado para finalidades diversas das previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão de uso.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Bocaiúva do Sul, Termo de Cessão de Uso de uma área de 1.133,80 m², com as benfeitorias nela existentes, constituída pelo lote nº A-1, situado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na sede do referido Município e havido pelo Estado conforme consta da transcrição nº 2.531, às fls. 236, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel referido no "caput" deste artigo exclusivamente nas instalações do Hospital Municipal de Bocaiúva do Sul, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata

esta lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs DLT/SAT/338, 339, 340, 341, 343 e 344/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

349/89 - Da Deputada Amélia de Almeida Hruschka, que concede à Senhora Zuleica Teodoro de Oliveira, viúva do ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 12.850,28, conforme específica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.446. Anote-se - Arquite-se.

239/90 - Da Deputada Vera Agibert, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Imbituva-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.447. Anote-se Arquite-se.

142/89 - Do Deputado Ezequias Losso, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.448. Anote-se - Arquite-se.

518/90 - Do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná- APAP-PR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.449. Anote-se - Arquite-se.

470/90 - Do Poder Executivo, que aprova Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 para a Secretaria de Estado da Educação, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.450. Anote-se - Arquite-se.

498/90 - Do Poder Executivo, que aprova Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado até o montante de Cr\$ 3.748.000.000,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.451. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º DTL/SAT/342/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.º 458/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

OF/DTL/SAT N.º 342/90

Curitiba, 28 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 310/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 458/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autografo estabelecer, como incentivo fiscal, para empresas instaladas no Estado do Paraná, estímulo à intensificação da produção artístico-cultural, através de investimento ou patrocínio, o abatimento em até 5% (cinco por cento) do valor do ICMS a ser pago ao Tesouro do Estado.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento, em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere o art. 155, inciso XII, alínea "g", da Magna Carta onde se contém preceito segundo o qual isenções, incentivos e benefícios fiscais somente poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal e, ainda, em fase de pronunciamento expandido pela Secretaria de Estado da Fazenda que, analisando o assunto, asseverou:

... "A Lei Complementar n.º 24, de 07 de janeiro de 1975, recepcionada pelo novo sistema tributário nacional porque em perfeita harmonia com ele, dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções e outros benefícios fiscais relativamente ao tributo em questão.

Dispõe o artigo 1º dessa Lei:

"Art. 1º - As isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer incentivos ou fatores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data".

À vista dos textos da Constituição re-

deral e da Lei Complementar que a regula-
menta, com relação à matéria, constata-se
que os Estados Federados não podem conce-
der isenções, benefícios e incentivos fis-
cais sem que haja Convênio autorizando.

Outrossim, a postura dos Estados quan-
to à questão de benefícios fiscais junto
ao CONFAZ, tem sido de eliminá-los ou
de não se fazerem novas concessões.

O benefício em questão, não teve apro-
vação em convênio celebrado na forma dos
requisitos de natureza constitucional e
infraconstitucional aplicáveis, sendo por-
tanto, inconstitucional"...

Esses os motivos que me levaram a ve-
tar o Projeto de Lei que, em anexo, resti-
tuo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a
Vossa Excelência os meus protestos de ele-
vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 458/90, encontra-se pu-
blicado no DA. n° 101/90, de 28.09.90).

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido Plenário, Regime de
Urgência e Inclusão na Ordem do Dia do
Projeto de Lei n° 579/90, que cria o muni-
cípio de Laranjal, desmembrado do Municí-
pio de Palmital.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

REQUERIMENTO N° 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no
uso de suas atribuições regimentais, RE-
QUER, após ouvido o Plenário, preferência
de discussão e votação para o Projeto de
Lei n. 554/90, que autoriza o Poder Execu-
tivo a isentar de tributação os produtos
componentes da Cesta Básica de Alimentos.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2714

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscre-
ve, no uso de suas atribuições regimen-
tais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja
apreciado pela Comissão Geral, em Regime
de Urgência o Projeto de Lei n. 461/90,
que institui a Região Metropolitana de Pa-
to Branco.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja
apreciado pela Comissão Geral desta Casa
de Leis em Regime de Urgência, o Proje-
to de Lei n. 573/90, que altera dispositi-
vos da Lei n. 8933/90.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja apre-
ciado pela Comissão Geral, em Regime de
Urgência, o Projeto de Lei n. 581/90, que
declara de Utilidade Pública a Associação
dos Datiloscopistas do Estado do Paraná -
ADEP.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja apre-
ciado pela Comissão Geral, em Regime de
Urgência, o Projeto de Lei n. 595/90, que
regulamenta a atividade de Caça Amadorís-
tica no Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja apre-
ciado pela Comissão Geral, em Regime de
Urgência, o Projeto de Lei n. 590/90, que
declara de Utilidade Pública o Conselho
Comunitário de Segurança de Pato Branco,
em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais, e
com fundamento no dispositivo pelo artigo
035 do Regimento Interno, REQUER, após
ouvido o douto Plenário, a Constituição
da Assembléia em Comissão Geral de Plená-
rio, para a próxima sessão, para aprecia-
ção e parecer ao Projeto de Lei n.
579/90, que autoriza o Poder Executivo a
criar o município de Laranjal, desmembra-
do do município de Palmital.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia de 04 de dezembro do corrente ano, o Projeto de Lei n. 578/90, que concede pensão no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos), à viúva do ex-Prefeito do município de Guaruapuava Senhora Maria de Lourdes Mendes de Camargo.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído, na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n. 594/90, que altera a redação do art. 1°, da Lei n. 9.318, de 12.07.90, sobre a criação do município de São José do Ivaí, desmembrado do município de Santa Isabel do Ivaí, solicitando Parecer da Comissão da Assembléia, em Regime de urgência.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária de terça-feira, dia 04 de dezembro, do Projeto de Lei 548/90, que aprova crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada

da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, o Projeto de Lei n. 041/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 2.ª discussão.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de uma sessão, do Projeto de Lei n. 434/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª discussão.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei n. 554/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.ª discussão.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por três sessões do Projeto de Lei n. 495/90.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de três sessões, do Projeto de Lei n. 560/90, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, votos de congratulações pelo 35º aniversário de criação do distrito administrativo de Farol, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

Uma localidade se torna forte quando a coragem do seu povo é capaz de vencer os desafios, determinada e tenazmente. Farol, com seus mais de seis mil moradores, não é apenas um Distrito, mas uma comunidade que faz do trabalho a prosperidade, da com-

nhão o sentimento de fé latente, da união o encontro fraterno e da família a base de sua sociedade, honrada e ordeira.

Assim sendo, registramos, com orgulho e satisfação, os cumprimentos desta Casa à população de Farol, sempre engrandecido com os seus gestos de humildade, vitorioso por sua incansável bravura.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, Francisco Deliberador Neto, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Distrito de São Manoel - município de Indianópolis - à PR-082 (Código da Rodovia: 0353), na altura da Ponte Presidente Kennedy (Rio do Índio), numa extensão de 9.300 metros aproximadamente.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 188/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Torna sem efeito a Resolução n. 28 de 18 de maio de 1990.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ACIR MAZZADRI, CÂNDIDO BASTOS, IRONDI PUGLIESI, RENATO ADUR, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, ERONDY SILVÉRIO, NELSON VASCONCELLOS, PIRAJÁ FERREIRA, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CAÍTO QUINTANA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, RAUL LOPES, JOÃO ARRUDA, ARTAGÃO MATTOS LEAO, NEREU CARLOS MASSIGNAN, SABINO CAMPOS, HERMAS BRANDÃO, EZEQUIAS LOSSO, EDUARDO BAGGIO, BASÍLIO ZANUSSO, PEDRO TONELLI, TADEU LÚCIO MACHADO, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, JOSÉ ALVES, HOMERO OGUIDO, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, todos declinaram.

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício DTL/SAT, 342/90, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando haver

vetado integralmente o Projeto de Lei n° 458/90. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria de vários Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 554/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 554/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Apenas para informação, Senhor Presidente, qual é o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre o Projeto, há requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicitando a retirada por cinco sessões.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, qual o Projeto?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o de número 554/90. Folha 2 do avulso, item 9.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu tinha combinado, inclusive, com os Senhores Deputados, e gostaria de requerer de V.Exa. verificação de votação, porque o nosso Projeto visa isentar, num momento difícil por que passam principalmente os mais humildes e a classe trabalhadora do nosso Estado, já que o nosso Estado está "saneado", como diz o Governador Álvaro Dias, a isenção ou a redução, autorizando o Governador do Estado, passando, evidentemente, pela Assembléia Legislativa, se for a intenção do Governador, já que ele elegeu o seu sucessor. Poderia haver uma discussão e posteriormente o envio de uma mensagem para a Assembléia Legislativa, no sentido de isentar o ICMS dos produtos oriundos da cesta básica de alimentos.

Eu apresentei este Projeto. Tenho o apoio dos Senhores Deputados e gostaria de pedir encarecidamente ao Deputado Caíto Quintana, ao Líder do Governo, que apro-

veite para cumprir uma das metas do Plano de Governo do Senhor Roberto Requião, que acaba de se eleger Governador do Estado do Paraná. Nós estamos tramitando com este Projeto há algum tempo, já. E entendemos ser de suma importância a isenção dos produtos da cesta básica, para que possamos baratear estes produtos e para que a classe trabalhadora possa se alimentar um pouco melhor, de forma mais digna.

Por isso, eu gostaria de solicitar ao Líder do Governo que retire este requerimento, que deixe aprovar e que ajude os mais necessitados do Estado do Paraná, e caso ele não retire eu gostaria de solicitar de V. Exa. a verificação de votação para com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há quórum para votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Caíto Quintana, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu chamaria a atenção para a votação porque nós estamos apenas pedindo a retirada por 5 sessões, de um Projeto altamente polêmico, de isenção de cesta básica, sem até os componentes da cesta básica, muitos dos quais já são isentos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana queriam levantar-se. Doze Senhores Deputados aprovam o requerimento. Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queriam levantar-se. Dezoito Srs. Deputados rejeitam o requerimento. Rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 554 de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, de autorização ao Poder Executivo de isentar os tributos de cesta básica é mais uma das colocações que esta Casa e talvez por essas razões, acena para fora com medidas que aqui dentro e nem na área do Executivo não acaba surtindo efeito. Primeiro: é um Projeto autorizatório, Projeto autorizatório o Governo vai fazê-lo, ou não, de acordo com a sua vontade porque não está impondo, não está colocando como

Lei nesta Casa. Segundo lugar: quando nós fazemos uma Constituição, nós sabemos que escrevemos lá que não compete ao Poder Legislativo a isenção de impostos; agora a Assembléia desdizendo o seu próprio documento maior feito no grande momento da Assembléia Constituinte, estamos votando uma medida de autorização para isenção de produtos de cesta básica, sem colocarmos as razões, sem impormos aos produtos da cesta básica reduções, porque na verdade o que nós podemos estar dando é isenção para aquele que vende e não para aquele que compra, que está na ponta, porque eu nunca vi até hoje neste Estado, ou nesta Nação, redução de preço de qualquer produto pelo fato de existir isenção de imposto; o que existe é diminuição de arrecadação do Estado, ou do País, ou do Poder Público, que vem trazer as condições mínimas para se fazer uma administração voltada às pessoas mais necessitadas, mas não vi baixar preço. E se esta Casa votar, e se esse Projeto entrar em vigor, eu desafio qualquer pessoa que venha me mostrar que um quilo de feijão vai custar dezessete por cento mais barato para o consumidor pelo fato de se dar a isenção do imposto a esse produto da cesta básica. Então, gostaria que esta Casa entendesse o instante que nós estamos votando do projeto autorizatório do Deputado Lindolfo Júnior, apenas autorizatório, não surtirá efeito, nós venderemos uma ilusão falsa aí fora e indiscutivelmente não iremos reduzir o preço do produto, do alimento de ninguém. Já que o Deputado não quis concordar com o requerimento que pedia apenas cinco dias de retirada de pauta para que nós pudéssemos discutir mais esta questão e ver inclusive a própria constitucionalidade deste projeto, que indiscutivelmente é inconstitucional, não houve a concordância de retirar por cinco sessões, eu peço então aos companheiros Parlamentares votarmos contra o projeto em defesa das prerrogativas deste Parlamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra para encaminhar o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar) Sr. Presidente, reveste-se de razão os argumentos do Deputado Caíto Quintana, ainda mais porque um outro projeto já tramita nesta Casa sob o número 573/90, onde praticamente todas essas questões estão asseguradas; e esse projeto autografado pelo Deputado José Rogério, ele vem com o beneplácito, nós diríamos, do próprio Secretário da Fazenda e de toda a sua as-

essoria, com quem estivemos reunidos na última semana discutindo aspectos deste programa, que levou à cesta básica praticamente todos os benefícios pleiteados neste projeto meramente autorizatório, do Deputado Lindolfo Júnior, além do que, todos nós sabemos, que recente Decreto firmado por S.Exa., o Governador Álvaro Dias, assegurou o deferimento, assegurou, nós poderíamos dizer assim, a isenção, não é isenção, porque a isenção depende da CONFAZ, mas assegurou deferimento, ou seja, a não cobrança do ICMS dos produtos constantes da cesta básica.

Vem agora o Projeto nº 573/90 que diminui, que diminui a alíquota de 17 para 12% na maioria dos produtos de origem agropecuária, e alguns outros.

Portanto, tem razão o Deputado Caíto Quintana quando solicita a retirada deste projeto, para melhor estudo, enquanto nos pede agora que votemos contra o Projeto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente a colocação do PMDB, e é claro que eles têm que brigar por isso, mas, o partido político, a situação da população, ela está acima dos partidos políticos. Um Estado, como o Paraná, onde o candidato Roberto Requião coloca os 26%, que o Paraná contribui com os grãos deste País, o problema da Agricultura, o problema da falta de alimentação, de subnutrição que vive a nossa gente.

Este projeto visa reduzir ou até isentar. É uma proposta do próprio candidato do PMDB, uma proposta que já tramitava nesta augusta Casa de Leis. Que foi debatida, que foi discutida; um projeto que foi retirado várias vezes para discussão, por parte das lideranças.

Eu quero agradecer à Oposição, sensibilizada com o problema do povão deste Estado, povo que passa fome, povo que morre de fome aos poucos, e, quando se fala às vezes em pena de morte, a pena de morte já está instituída neste País, e neste Estado, porque o povo está passando fome, Sr. Presidente e graças à Oposição e a sensibilidade de homens honrados que aqui estão, conseguimos derrubar mais uma vez, esta manobra que visava um Projeto que beneficiaria os mais empobrecidos do Estado do Paraná; porque é muito fácil falar do pobre durante a eleição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu lamento interromper o nobre orador que está fazendo um belíssimo discurso, uma grande justificativa do seu projeto de lei, entretanto, eu queria fazer uma pequena retificação. Ele disse que, graças a

homens honrados, que votaram contra o requerimento, ele pode ter tramitação à sua matéria. Os que votaram a favor do requerimento, não são homens sem honra, não. Isto é uma questão de...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente.

Ele é que está dizendo isto, eu não disse que quem não votou não tem honra. Eu me referi aos homens honrados, sim, que votaram a favor. Eu não quis dizer que V. Exa. é um desonrado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Então, V. Exa. retifique em boa hora.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu não vou retificar nada, porque eu não disse e não desonrei ninguém, não acusei ninguém.

(Conversas paralelas)

Quero pedir mais uma vez a sensibilidade de homens que representam as mais diversas regiões do Estado do Paraná, de homens que representam a população do nosso Estado para que possamos aprovar esse Projeto.

Muito obrigado, Senhor Presidente; muito obrigado Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas como declaração de voto, o Deputado Lindolfo fez um belíssimo discurso, eu quero desafiar o Deputado Lindolfo Júnior, e que fique gravado nos Anais da Casa, primeiro, esse projeto está fadado indiscutivelmente à gaveta por ser inconstitucional Deputado e Vossa Excelência se orgulha de ser um dos grandes Deputados da Constituinte e está exatamente pisando em cima daquilo que escreveu. Segundo lugar, para ser verdade esse seu discurso, para ser verdade, teria que baixar pelo menos um cruzado para o consumidor o preço da cesta básica, eu duvido que isso aconteça, e como disse sempre, a isenção do imposto beneficia aqueles que a vendem, não aqueles que a compram porque nunca vi neste País isentar o imposto de alguma coisa e baixar o preço para o usuário ou para o consumidor. De modo que seu discurso é conhecido, perfeitamente conhecido, e o estudo desta matéria deve ter feito parte do seu plano de Governo no momento de sua aventura como candidato a Governador do Estado do Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Eu gostaria de dizer ao nobre Líder do PMDB que esse sim foi um dos pontos do nosso Governo que foi chupado até pelo candidato do PMDB. Aliás eu gostaria de lamentar e de dizer a Vossa Excelência

porque quando Vossa Excelência coloca que não vão baixar os preços Vossa Excelência coloca em descrédito os comerciantes e empresários do Estado do Paraná, eu não acredito que Vossa Excelência tenha feito esse tipo de colocação, da forma infeliz, eu acredito nos comerciantes do Paraná, acredito na sensibilidade dos empresários do Paraná e acredito que vamos baratear, sim, a cesta básica para os consumidores do nosso Estado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 260/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que autoriza o Governo do Estado a vender residências oficiais, conforme especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 260/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a vender a residência oficial destinada ao Chefe do Poder Executivo, dentro dos critérios da Lei.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo consiste na residência sita à Rua Eça de Queiroz, 818, no Bairro do Ahú, nesta Capital.

Art. 2° - O imóvel denominado Chácara do Canguiri, no Município de Piraquara, passa a constituir patrimônio da Secretaria de Estado da Educação, devendo abrigar o Centro de Ensino Técnico-Agrícola da Região Metropolitana de Curitiba, a ser criado por Lei.

Art. 3° - O imóvel denominado "Ilha das Cobras", no litoral do Estado, constitui área de preservação ambiental e sua utilização pela população será disciplinada em Lei.

Art. 4° - O produto da venda do imóvel oficial do Chefe do Poder Executivo, aludido no art. 1° desta Lei, será aplicado em programas de habitação popular destinados à famílias de baixa renda, desenvolvidos pelo órgão competente do Governo do Estado.

Art. 5° - Os imóveis e utensílios cadastrados como patrimônio das residências serão levados a leilão público, na forma da Lei e o produto arrecadado será repassado às entidades de serviço social que

prestam serviços em convênio com o Governo do Estado.

Art. 6° - Fica autorizada, ainda, a venda de duas aeronaves Sêneca Mod. 210-D - EMBRAER e uma aeronave King-Air, de propriedade do Governo do Estado.

Parágrafo Único - O produto arrecadado com a venda aludida no "caput" deste artigo será destinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública com a finalidade de viabilizar a aquisição de um helicóptero para o desenvolvimento das funções daquela pasta.

Art. 7° - Fica autorizada a venda dos veículos modelo Brasinca, de propriedade do Governo do Estado a seu serviço e/ou das Secretarias de Estado.

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
Presidente
-Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 360/90, de autoria dos Deputados HAROLDO FERREIRA e RUBENS BUENO, que regulamenta o Parágrafo Único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Public. no DA. n. 75 de 21.06.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 473/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de PALMITÓPOLIS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Public. no DA. 104, de 04.09.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 546/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 188/90), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) no orçamento Geral do Estado. Aprovado. (Public. no DA. 131 de 01.11.90).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 469/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 163/90), que acresce à programação das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Segurança Pública, a importância de Cr\$ 76.629.508,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e oito cruzeiros), para dar atendimento ao convênio firmado com o Instituto Brasilei-

ro de Meio Ambiente e Recursos Naturais renováveis - IBAMA, visando a preservação e conservação da floresta atlântica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 495/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 145/90), que autoriza o Poder Executivo a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a denominar-se COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - CODAPAR, e terá por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 sessões, do Projeto de Lei n. 495/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 03 sessões, o Projeto de Lei n. 495/90.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto do Lei n. 513/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 178/90), que aprova Créditos Suplementares ao Orçamento do Estado no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda. Aprovada.
Projeto. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 533/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 183/90), que aprova Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado inclusive transferência de recursos a entidades vinculada da Administração Indireta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.
Emendas. Aprovadas.
Projeto. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 558/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 191/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a Secretaria dos Transportes, visando o pagamento de parte da dívida contraída pelo DER, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

559/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 190/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros), para a Chefia do Poder Executivo, viabilizando a liberação de parcela de empréstimo do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal para a construção do Ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 560/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 196/90), que estende aos ocupantes dos cargos de nível Universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos, a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n. 9.049, de 06 de julho de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Caíto Quintana, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 sessões, do Projeto de Lei n. 560/90. Rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Parece-me que sobre esse projeto há um requerimento de retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não chegou à Mesa o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permite, está na Mesa, a Emenda do Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência encaminhe o requerimento que eu submeto a voto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito.

Senhor Presidente, eu gostaria apenas de justificar.

Nós estivemos conversando hoje, durante a manhã, e eu encontrei recentemente o Deputado Rubens Bueno, a gente não pôde aprofundar a discussão.

Há um Substitutivo Geral, uma emenda, que substitui o texto original. A intenção do Deputado Rubens Bueno é de estender esse benefício, constante da Mensagem n.º 196, para as fundações.

No entanto, da forma como está elaborado, nós temos fortes receios de que inviabilize o próprio projeto.

Quer dizer, havendo um veto governamental vai acabar vetando o projeto todo: o benefício pretendido e o benefício já encaminhado a esta Casa.

Por esta razão nós estamos pedindo a retirada por cinco sessões, para podermos em Liderança resolver essa questão e encontrarmos a forma do entendimento.

Não resta a menor dúvida, e em outros momentos nós já fizemos esta afirmação da Assembléia e, em sequência, os pseudo-beneficiários entenderam que nós estávamos colocando a estrita verdade, de que a emenda da forma como está colocada substitui o projeto original. E, indiscutivelmente até pela essência do projeto que está dando gratificações, via emenda parlamentar, vai levar a um veto do projeto como um todo, prejudicando, inclusive aqueles que estariam beneficiados na Mensagem.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a proposta que nós apresentamos...

Senhor Presidente, eu peço a Vossa Excelência que me assegure o direito da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu prefiro que as galerias se manifestem, porque não é possível, estão aparteando já?

Então Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, no decorrer da semana, nós recebemos representantes dos trabalhadores das fundações do Estado e, junto desta Comissão, a proposta de estender a gratificação para as fundações em virtude do projeto apresentado pelo Governo. Nós apresentamos a proposta de acordo com o interesse dos trabalhadores das fundações, portanto, a nossa Emenda não substitui o projeto original, tão somente acrescenta, ou seja, estende o benefício aos trabalhadores das fundações do Estado.

Cabe também salientar, e eu quero também dizer ao Deputado Caíto Quintana, com quem não tivemos a felicidade de estar aqui na semana passada, Vossa Excelência estava viajando, que nós aqui pudemos acompanhar e desdobrar em 2.^a Discussão essa emenda.

A presença de Vossa Excelência talvez ajudasse a não chegar a esse termo como agora já estamos, em terceira discussão.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu só gostaria, ao finalizar, dizer que se ao Governador cabe o direito do veto, a qualquer projeto desta Casa, esse veto pode ser parcial ou total; se ele entender que o veto deve ser parcial com relação aos trabalhadores das fundações, que o haja de acordo com o seu critério e nós aqui na Assembléia, evidentemente e posteriormente, estaremos julgando se

o veto parcial do Senhor Governador está de acordo com os interesses dos trabalhadores das fundações do Estado.

Era isso que eu tinha a dizer e devo salientar também que, mesmo recebendo os trabalhadores do serviço público da administração direta e autárquica, isso deveria estar aqui em tempo para podermos discutir no prazo adequado como foi durante a 2.^a Discussão na última quinta-feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez eu peço a compreensão desta Casa.

Veja bem, nós não estamos nem insistindo na votação contrária, Deputado Rubens Bueno.

Se nós perguntássemos a cada um dos Parlamentares desta Casa para se manifestar sobre este Projeto, e tenho a certeza de que a grande maioria não tem a opinião formada, não tem opinião formada sobre o fato, não analisou a questão, até porque ela não gerou polêmica anteriormente.

Ora, o que nós fazemos aqui neste Poder?

Neste Poder nós fazemos leis!

Então, não há prejuízo nenhum para nenhum dos setores, das categorias envolvidas se nós retirarmos por cinco sessões, para poder sentar e conversar meu Deus do Céu.

Por que nós temos que votar hoje?

Se no meu modo de entender que é diferente do modo de entender do Deputado Rubens Bueno.

A emenda do Deputado Rubens Bueno altera o artigo, colocando Administração Direta, Indireta e Fundações.

Todos nós sabemos que o Governo não pode vetar a palavra Fundações, tem que vetar o artigo, por conseguinte vai acabar alterando o benefício trazido a esta Casa. Se nós temos aqui opiniões divergentes, qual é o bom senso do Parlamento?

É suspender a votação por cinco, por duas, por três sessões, sentarmos à mesa e discutir.

É só isso que está sendo pedido. Que se retire de votação por "x" sessões, para se discutir a questão, nada mais do que isto.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, as palavras do Líder da Bancada do Governo não nos assegura também a tranquilidade de poder estender tal benefício às fundações.

Desta forma acredito que este projeto aprovado levará ao Governador a oportunidade de se discutir com mais profundidade, segundo as próprias palavras do Líder do Governo para que esta mensagem atenda também os trabalhadores das empresas públicas

e também das economias mistas.

Então, Senhor Presidente, eu acredito que a aprovação deste projeto é importante na medida em que uma pressão democrática será levada ao governante para que ele determine o encaminhamento e que possa ser melhor estudado e colocado à disposição dos funcionários públicos.

Um outro ponto, Senhor Presidente, que me parece muito importante.

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, estabelece o Regime Único para os trabalhadores do serviço público.

Ora, se estabelece o Regime Único e até hoje nós não vimos aprovada esta proposta, nem a nível Federal e muito menos a nível Estadual, carece mais uma vez, de alertar aos governantes deste País para que o Regime Único seja instituído, que quando vier uma mensagem do Governo beneficiando o servidor público, estará beneficiando a todos, sem qualquer tipo de discriminação.

Então, Senhor Presidente, eu quero crer que agora é oportunidade devida para que os funcionários públicos deste Estado, recebam a proposta do Regime Único, seja discutida profundamente nesta Casa, aprovada e colocada à disposição de todos que trabalham neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicita tirada por três sessões do Projeto de Lei nº 560/90.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

11 aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

18 rejeitam.

Está Rejeitado o requerimento.

Em votação o projeto.

Emenda do Deputado Rubens Bueno, já aprovada em 2ª discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, até para justificar o nosso voto anterior pela retirada do projeto.

Na sessão da última quinta-feira, quando votamos em 2ª Discussão a emenda do Deputado Rubens Bueno não havia necessidade que repetíssemos a sua iniciativa, nós viemos a plenário apoiá-la; apoiá-la

sem conhecê-la inclusive, Deputado, porque na mesma forma que nós a apoiamos, outros a apoiaram, uma emenda que estava anexa ao projeto sem ter vindo a nós para examiná-la em seu teor e saber dos riscos, dos perigos que, porventura, a Mesa pudesse trazer ao Projeto como um todo.

Hoje, fomos procurados por diversos segmentos que nos traziam a preocupação que, da forma como ficou a redação dessa emenda e da forma como ficará a redação final desse projeto oriundo de Mensagem Governamental, nós corremos o risco de ver todo o projeto, tanto da Administração Direta e Autárquica, somadas às fundacionais, vetado por Sua Excelência, o Governador.

Com essa preocupação foi que nós demos apoio à iniciativa do Deputado Caíto Quintana no sentido de que estudássemos melhor e perdêssemos sim uma semana para não perdermos mais um ano e meio, dois anos, como estamos perdendo nesta questão da anotação de responsabilidade técnica porque aqueles que não sabem este assunto teve início nesta Casa no mês de maio, abril de 1989 e, por iniciativa do nosso Presidente Deputado Anibal Khury, foi implantado aos engenheiros do Paraná, numa decisão do Governador em exercício Ary Queiroz, fruto de um trabalho promovido pela Secretaria da Administração, dirigida pelo Deputado Mário Pereira, e desde aquela época nós, Parlamentares, estamos tentando viabilizar junto ao Governo a implantação de outros projetos de autoria do Deputado Anibal Khury, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, emendado por diversos Deputados, como o Deputado Cândido Bastos, e até hoje não havíamos conquistado esse benefício aos outros segmentos.

Por esta razão nós entendíamos como prudente a vontade e a solicitação feita pelo Deputado Caíto Quintana porque, além da emenda proposta pelo Deputado Rubens Bueno, uma outra emenda nossa coloca também esse benefício estendido aos jornalistas do quadro próprio do Poder Executivo, que estão fora da Mensagem colocada para nossa apreciação, pelo simples receio de, ao perdermos e ao não quisermos perder 5 dias, víamos a perder todo um projeto porque nós votamos anteriormente de acordo com a orientação da nossa Liderança porque entendíamos e continuamos entendendo que era a posição mais sensata e quem, no receio de cometer um ato que possa não resultar em benefício, recua para avançar na hora certa e em passos firmes.

Indo à votação evidentemente, como já votamos na sessão anterior, não poderíamos e vamos votar a favor da emenda, ressaltando que poderá vir a ser vetada por S.Exa., como já fizemos no encaminhamento

da última quinta-feira, quando até sugeríamos que o caminho talvez não fosse a emenda, mas um outro projeto, uma proposta ao Sr. Governador e um trabalho direto junto a ele que nós continuaremos fazendo.

O nosso voto é a favor da emenda e espero e solicito aos Srs. Parlamentares votem também - a favor da nossa emenda em 3.^a discussão que pretende estender esse benefício aos jornalistas e integrantes do Quadro Único do Poder Executivo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, eu chamo a atenção que a Mensagem original que estende o benefício dos 40% para o Quadro Geral do Estado discrimina inclusive a quantidade de servidores beneficiados: estatutários ativos - 443; estatutários inativos - 1044; celetistas - 2246, os valores e uma análise do suporte do benefício do Tesouro do Estado.

O art. 1.^o - desta lei na Mensagem diz: "a gratificação de responsabilidade técnica prevista na lei tal fica estendida aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive os inativos, conforme a nomenclatura de cargos ao anexo da presente lei". O Substitutivo ou emenda do Deputado Rubens Bueno, muda o artigo 1.^o. Em mudando o artigo 1.^o, se aprovado, evidentemente que o artigo 1.^o, da lei não existirá mais. Passará a existir a emenda votada em 3.^a discussão neste Plenário, que está estendendo para a Administração Direta, Autárquica e das Fundações os benefícios de 40%. Muito bem. Nós não temos sequer conhecimento de quantos servidores nós temos nas Fundações beneficiados por essa lei. Nós não fizemos análise nesta Casa do custo desse benefício e nós não propiciamos uma outra alternativa a não ser o veto geral do artigo 1.^o que vale dizer, vetando o artigo 1.^o, vai vetar a lei como um todo porque é o artigo que estipula os cargos a serem beneficiados. O resto é apenas regulamentação do benefício.

O que deve ocorrer? O que deve ocorrer nesta Casa - e isso eu chamo a atenção neste instante - que se nós aprovarmos a emenda do Deputado Rubens Bueno e por isso mesmo nós tínhamos pedido para tirar da Ordem do Dia por três sessões, meu Deus do céu, para nós podermos discutir a melhor forma até de apresentar a emenda, possibilitando um veto dela, mas a manutenção do projeto. Então, nós estamos insensíveis a qualquer pensamento de procurar fazer a lei da melhor forma possível. Só nos resta uma coisa: se nós estamos jogando com funcionários, nós temos duas galerias perfeitamente distintas. O que vai acontecer é que nós vamos sacrificar as duas, porque indiscutivelmente, pela iniciação do projeto que estende benefícios e aumenta des-

pesas e por aumentar despesa, portanto, não é matéria nossa, daqui do Legislativo e por outro lado, nós substituímos o termo "original" do artigo 1.^o, o que vai acontecer, é que vai haver um veto no artigo 1.^o, que nós votaremos aqui, e todos os funcionários perderão o benefício dos 40%: aqueles que seriam beneficiados pela lei, e aqueles que pseudamente comemoram hoje a aprovação de uma lei que, indiscutivelmente não vai trazer, como em outras oportunidades eu disse, o aumento do contra-cheque no seu bolso no final do mês.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu acredito que haja uma fórmula para contra-argumentar as ponderáveis razões do líder do PMDB, com a emenda do Deputado Rubens Bueno.

Eu sugiro que a emenda seja inserida no artigo 1.^o como parágrafo, estendendo os benefícios do artigo 1.^o aos funcionários das fundações e estaria resolvido o impasse e inclusive resolvido, atendendo às ponderações constitucionais do líder Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, esta Casa demonstra exatamente a ponderação daquilo que nós colocamos anteriormente. Nós queríamos retirar da sessão para poder estudar a forma de apresentação da emenda. Fomos derrotados. Não há como nesse instante, em regime de votação nós transformarmos uma emenda completa, em um parágrafo.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas claro que há, Deputado, desde que o autor da emenda concorde, se retira e se redige e se vota a emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu consulto V.Exa.

Evidentemente que essa emenda aqui não pode ser transformada num parágrafo, porque nós teríamos que ter o parágrafo como? Parágrafo 1.^o ou parágrafo 2.^o: "Estende-se o benefício às Fundações". Portanto, essa emenda, devidamente apoiada, assinada, protocolada, votada em 2.^a discussão, não vai poder ser alterada neste instante, verbalmente, no curso da votação da matéria.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Nobre Deputado, e em 3.^a discussão não se pode apresentar nova emenda?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pode.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Então, se apresenta nova emenda e se rejeita essa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - A

única saída que temos agora, é votarmos contra essa emenda do Deputado Rubens Bueno e de imediato, subscrever-se outra emenda, instituindo o parágrafo. Se isso for permitido, dará para resolver o assunto, caso contrário, não tem jeito.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu solicito suspensão da sessão por cinco minutos para que se possa fazer um possível entendimento com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu transfiro a votação desta matéria para o final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 569/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 198/90), que dispõe sobre o enquadramento da Categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, conforme especifica. Em Regime de Urgência. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 576/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 203/90), que reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e autoriza a abertura de Créditos Suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa ampliativa de Plenário, de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 576/90

No artigo 2°, do Projeto de Lei n° 576/90, o parágrafo único passa a § 1°, e acrescenta demais §§, conforme especifica.

Art. 2° ...

§ 1° - Ficam incluídas na autorização de que trata o caput deste artigo, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais que correm a conta das rubricas de Convênios, contratos, transferências a municípios, subvenções econômicas e integralização de capital.

§ 2° - Fica aberto ao Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1.989, um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender despesas com Pessoal e encargos sociais, conforme anexo II desta Lei.

§ 3° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o parágrafo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação referida no ar-

tigo terceiro".

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

Apoiamento:

José Afonso Júnior, Nereu Carlos Massignan, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzatto, Antônio Annibelli, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Nilton Barbosa, Vera Agibert, Irondy Pugliesi, João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, Sabino Campos, Gernote Kirinus e 1 ilegível. Emenda: Aprovada. Projeto: Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 577/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 202/90), que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado para a Fundação Teatro Guaíra no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 053/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Mauá da Serra. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 054/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Pirapó. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 113/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de TAMARAMA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 116/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n. 51/89), que ratifica a decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida no acórdão n. 1476 de 27.06.89, referente à Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 117/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n. 35/90), que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 145/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 17/90 - ex-Proposição n. 14/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do Rio Paraná e do Rio Ivai, com integração do terminal ferroviário de Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 146/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 26/90 - ex-Proposição n. 23/90), que ratifica o Convênio celebrado em 15.12.89, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos subprojetos W09-2046 - GERENCIAMENTO COSTEIRO e 0100 - ZONEAMENTO COSTEIRO, no litoral paranaense. Com PARECER da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 148/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 38/90 - ex-Proposição n. 33/90), que ratifica os Convênios celebrados, por motivos de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e dos municípios que especificam. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 149/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 48/90 - ex-Proposição n. 38/90), que ratifica o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágios supervisionados para estudantes de cursos superiores e/ou médio-profissionalizante. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 150/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 49/90 - ex-Proposição n. 39/90), que ratifica o Termo de Acordo celebrado, em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guarda Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 151/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men-

sagem n. 52/90 - ex-Proposição n. 40/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas nos municípios que especificam. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 152, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 51/90 - ex-Proposição n. 41/90), que ratifica os convênios, já celebrados por motivos de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de Astorga em 20.02.90, Foz do Iguaçu em 22.02.90, Missal em 22.02.90 e Toledo em 22.02.90, objetivando manutenção e reparos dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e Polícia Militar nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 153, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 73/90 - ex-Proposição n. 46/90), que ratifica o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica - MAE, visando a promoção de atividade de Educação Ambiental, durante a "Operação Verão 90", no litoral paranaense, e ao Termo Aditivo de 09.02.90. Com PARECER FAVORÁVEL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 154/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 35/90 - ex-Proposição n. 30/90), que referenda os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa PARANÁ RURAL. Com PARECER da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 155/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 37/90 - ex-Proposição n. 32/90), que referenda os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente da SUREHMA e da SANEPAR, e os municípios que especifica, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.

369/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no município de Campo Mourão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com PARECER da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 369/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 041/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que concede transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, do Projeto de Lei 041/90. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Este requerimento, que não sei de quem é a autoria, propõe a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 41/90 do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal gratuito para maiores de 65 anos de idade em todo o território paranaense, não vejo justificativa para transferirmos a votação que já está em segunda discussão. Ao que me consta, também já é direito constitucional aos velhinhos

de 65 anos. Razão porque a liderança do PMDB se manifesta contrário à retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 041/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade conceder transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense.

A medida, consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho social humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão Geral óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

Pirajá Ferreira

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 500/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 160/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Porecatu, Termo de Cessão de Uso do Imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 2.582, de 04 de agosto de 1986, no livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 500/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 160/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a firmar com o Município de Porecatu, Termo de Cessão de Uso do Imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 2582, de 04 de agosto de 1986, no livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Porecatu.

Analisando a presente matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 519/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que altera a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações do município de Flor da Serra, constante do Art. 1° da Lei n° 9300, de 18.06.90. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 519/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade alterar a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações do Município de Flor da Serra, constantes do Art 1°, da Lei n° 9300, de 18.06.90.

Analisando a presente matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 522/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOKOLSKI NZ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 522/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Sokolski NZ.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 541/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 185/90), que institui o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da

COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 541/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 185/90, objetiva instituir o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
LUCIANO PIZZATTO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 568/90, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que altera disposição de lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567, de 08 de janeiro de 1982. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 568/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade alterar a Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567, de 08.01.82).

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que acrescenta artigos à Lei n° 9295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 574/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 201/90), que altera os dispo-

sitivos da Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988, referente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 574/90

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 201/90, tem por finalidade alterar os dispositivos da Lei n° 8925, de 28.12.88, referente ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, conforme especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 118/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 58/90), que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 121/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 166/90), que aprova Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 158/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 84/90, ex-Proposição n° 52/90), que referenda os convênios celebrados em 17.07.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SANE-PAR, e os Municípios do Sistema de Abastecimento de Água, na forma do acordo n° 09/89, firmado em 01.06.89, entre o Estado do Paraná, através da SEDU e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 159/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 99/90, ex-Proposição n° 63/90), que ratifica os convênios celebrados através da Secretaria de Estado dos Transpor-

tes, com o Ministério da Aeronáutica e os municípios que especifica, objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 160/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 96/90, ex-Proposição n° 61/90), que ratifica os convênios já celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os Municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículos e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 161/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 95/90, ex-Proposição n° 64/90), que ratifica o convênio celebrado em 09.02.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a participação do BANESTADO como agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimos e subempréstimos, na implementação do Programa Estadual do Desenvolvimento Urbano - PEDU, previsto no contrato de empréstimo de n° 3100 - BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 162/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 39/90, ex-Proposição n° 34/90), que referenda os convênios celebrados em 04.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os Municípios que especifica, objetivando implantação e manutenção dos Serviços de Assistência Judiciária gratuita nos referidos municípios. Para os mesmos fins, ficam referendados os convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura, Faculdade de Direito de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aprova o Regimento Interno da Assem-

bléia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. -

A Mesa retirará por duas sessões, a pedido das Lideranças. E há emendas que serão examinadas posteriormente.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 168/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, trata do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Analisando a matéria, constata-se que no âmbito federal compete ao Poder Legislativo, consubstanciado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, privativamente, elaborar os seus Regimentos Internos. No tocante ao Poder Legislativo nos Estados membros da Federação, cabe esta mesma iniciativa às Assembléias Legislativas.

Assim sendo, o presente projeto de resolução vem obedecer os ditames constitucionais, pelo que damos ao mesmo, aparato legal e constitucional.

Além do que, segue este a mesma linha das disposições contidas tanto no Regimento Interno no Senado Federal como na Câmara dos Deputados.

Quanto ao aspecto meritório do projeto de resolução em questão, mister se faz a elaboração de novo Regimento Interno, já que a posse dos novos Deputados e a próxima legislatura deverá ser iniciada já com as atribuições e dispositivos plenamente definidos.

Assim sendo, pelo relevante aspecto da matéria, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO SÃO CRISTÓVAO, com sede e foro no município de Guarapuava. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno que especifica ao Município de Turvo. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 26.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece critérios para o recolhimento em Regime Simplificado de Pagamento de ICMS por estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de

20.08.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 1 (uma) sessão. - Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 434/90, por uma (01) sessão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 446/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que denomina "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° Grau", a Escola Estadual Jardim Tropical, Ensino de 1° Grau, do Município de Campo Mourão. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95, de 21.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 506/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE do município de São Jorge d'Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 117, de 09.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 524/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA VIRACOPOS, e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 122, de 17.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 537/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CANTAGALO, com sede e foro no Município de Cantagalo. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 128, de 29.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 580/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 20.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 584/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 209/90), que aprova créditos suplementares, alterando o Orçamento Geral do Estado para os órgãos da Administração Direta e Indireta. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 27.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 208/90), que aprova crédito suplementar alterando o Orçamento Geral do Estado de 1990. - Aprovado. (Publ. no D.A.

n° 143, de 27.11.90 - Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 586/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 207/90), que aprova créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 27.11.90 - Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 119/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, (ex-Proposição n° 36/90) que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989. - Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 119/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Artigo Único - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1989.

Sala das Comissões, em 24.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VERA AGIBERT - Relatora

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N° 36/90

P A R E C E R:

Através do Ofício n° 04/90-DAT, a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1989.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de NCz\$ 80.353.053,06 (oitenta milhões, trezentos e cinquenta e três mil, cinquenta e três cruzados novos e seis centavos), isto é, 367,12% superior ao inicialmente programado, que era de NCz\$ 18.679.094,00 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, e noventa e quatro cruzados novos).

Do total dispendido, 89,32% foram para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, 10,68% (dez vírgula sessenta e oito por cento) com a Manutenção dos Serviços e Transferências a Pessoas e Auxílios e 5,06% (cinco vírgula zero seis por cento) em investimentos extra-orçamentários.

No Balanço Financeiro, constata-se que o salto em Tesouraria que passa para o exercício de 1990, é de NCz\$ 58.537.995,53 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e

cinco cruzados novos e cinquenta e três centavos), dos quais NCz\$ 56.873.237,15 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e sete cruzados novos e quinze centavos) são advindos do resultado da Receita Patrimonial extra-Orçamentária.

Analisando o processo, fica evidente que a execução foi efetivada dentro dos parâmetros da Lei n° 4230/64, e demais dispositivos legais atinentes, portanto, entendemos que na presente proposição as contas apresentadas estão em condições de serem aprovadas, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VERA AGIBERT - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 120/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, (ex-Proposição n° 37/90) que aprova as contas da aplicação da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1989. - Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 120/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo Único - São aprovadas as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social dos Srs. Deputados, referentes ao exercício de 1989, regulamentada pela Resolução n° 55/83, de 03 de outubro de 1983, conforme ofício n° 03/DF/90, do Departamento Financeiro de 19 de janeiro de 1990.

Sala das Comissões, em 24.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N° 37/90

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas da aplicação de subvenção social, dos Srs. Deputados, regulamentada pela Resolução n° 55/83, de 03 de outubro de 1983, referente ao exercício de 1989, conforme ofício n° 03/DF/90 do Departamento Financeiro, de 19 de janeiro de 1990.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de execução de Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de Caixa e Bancária e relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1989, citando nominalmente os Srs. Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da verba de Assistência Social, relativa ao

Conforme a documentação na apresentação feita, está tudo em ordem obedecendo a regulamentação da Resolução n° 55/83, razão pela qual emitimos parecer favorável à sua aprovação pelos doutos membros da Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 163/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 79/90, ex-Proposição n° 48/90), que ratifica o convênio n° 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 48/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 79/90, a proposição em tela tem por objetivo ratificar o convênio n° 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular.

A ratificação desta, fundamenta-se no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela sua aprovação, ratificando na forma do projeto de resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 164/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 80/90, ex-Proposição n° 49/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Xambê, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalação e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 49/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 80/90, visa a ratificação aos convênios celebrados entre o

Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Matelândia, em 29.12.89, e Xambê, em 20.02.90, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalação e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54 XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 165/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 82/90, ex-Proposição n° 50/90), que ratifica o convênio celebrado em 31.11.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de inspeção sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal - Abatedouros Municipais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 50/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 82/90, visa a ratificação ao convênio celebrado em 31.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de inspeção sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal - Abatedouros Municipais".

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54 XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 166/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men-

sagem n° 83/90, ex-Proposição n° 51/90), que ratifica os Termos de Revigoração dos convênios firmados respectivamente em 11.12.89 e 09.08.89, onde o primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Manguueirinha e o outro, entre o Estado do Paraná, através da SEFA, e o Município de Dois Vizinhos, ambos objetivando a conclusão da construção dos edifícios das Agências de Rendas nos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - **Aprovado.**

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 51/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 83/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis, aos Termos de Revigoração dos convênios celebrados respectivamente em 11 de dezembro de 1989 e 09 de agosto de 1989, onde no primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Manguueirinha, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas e o outro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da SEFA e o Município de Dois Vizinhos, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas.

Conforme manda a Constituição Estadual em seu Art. 54, inciso XXI, é competente privativamente à Assembléia Legislativa para ratificar os convênios que forem efetivados sem sua autorização.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 125/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 131/90), que solicita autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênios com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de pesquisa que especifica.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 125/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 131/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desen-

volvimento Econômico possa celebrar convênio com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de pesquisa que especifica.

De acordo com o art. 54, inc. XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 126/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 132/90), que solicita convênio já celebrado por motivo de urgência, em 06.06.90, entre o Estado do Paraná e do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Brasileira da Mandioca, objetivando a cooperação técnica e financeira do Secretário ao VI Congresso Brasileiro da Mandioca.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 126/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 122/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de pesquisas, conforme especifica.

De acordo com o art. 54, inc. XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução que anexamos.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 130/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 139/90), que solicita autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo integrante da referida minuta.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 130/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 139/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo integrante do referido convênio.

De acordo com o art. 54, inc. XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 131/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 138/90), que solicita autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênios com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo à referida minuta.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 131/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 138/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Centro de Educação Tecnológica

do Paraná - CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo do referido convênio.

De acordo com o art. 54, inc. XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 134/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 135/90), que solicita autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 134/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 135/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar deste Poder, autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

- Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Volta ao debate o Projeto de Lei n° 560/90.

Em votação a emenda n° 560/90. - REJEITADA.

Em votação a emenda do Deputado Rubens Bueno e outros Srs. Deputados. Ela será lida pelo Sr. 1° Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer)
(Lê Emenda Aditiva ao Projeto de Lei
nº 560/90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda do Deputado Rubens Bueno e outros Srs. Deputados. - Aprovada.

O Sr. 1º Secretário lerá emenda aditiva do Sr. Deputado Orlando Pessuti.

(É lida a emenda aditiva)

Em votação. - Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2719, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2710 a 2712, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2723, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2709, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2720, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2713, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2714 a 2718, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, terça-feira, dia 04, às 16 horas, uma Sessão Solene de outorga de Títulos de Cidadania Honorária do Paraná aos Srs. Franklin Vieira da Silva e Joaquim Dutra, e de Cidadania Benemerita do Paraná ao Sr. Samuel Silveira.

Marca, ainda, uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 329/85.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 369/89, 500, 519, 522, 541, 568, 572, 574 e 588/90, e dos Projetos de Resolução nºs 118, 121 e 158 a 162/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 286, 369, 446, 506, 524, 537, 548, 580 e 584 a 586/90 e dos Projetos de Resolução nºs 119, 120 e 163 a 166/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 40, 542, 594, 562 e 563/90, e dos Projetos de Resolução nºs 169 a 174/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 117, 118, 135 a 137/90.

Levanta-se a sessão.